



Luiz Antônio/AE

Maia (ao fundo): sugestão irônica para a área econômica

Quórum deve ser obtido na próxima semana

BRASÍLIA — O período de convocação extraordinária do Congresso foi aberto ontem pelo senador Nélson Carneiro com a presença de 130 parlamentares no plenário, número considerado surpreendente pelos próprios deputados e senadores. Antes da sessão ser iniciada, porém, o deputado José Genoino (PT-SP) anunciou que seu partido pretende impedir qualquer votação caso não haja pelo menos 248 deputados e 38 senadores presentes no plenário. As perspectivas mais otimistas prevêem que só na próxima semana haverá quórum para as votações.

O líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro (RS), disse que pretende reabrir a negociação com o governo para a mudança da política salarial. O partido, segundo ele, pretende propor um novo mecanismo de reposição de eventuais perdas salariais. "A inflação perto de 20% ao mês indica que o governo deve ficar mais sensível à necessidade

de ajustes no plano econômico", comentou.

Já o líder do PSDB, deputado Euclides Scalco (PR), insiste na prefixação dos salários. "Se não for possível uma negociação séria, vamos simplesmente rejeitar a medida de salários", ameaçou Scalco, que tem o apoio do PT e PDT.

O líder da maior bancada de apoio ao governo, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), não acredita na possibilidade de entendimento para a votação de uma nova política salarial. "O governo não pode transigir, pois seria um sinal de que o plano está começando a fazer água." Fiúza admite que a votação poderá ser adiada até a posse do novo Congresso. Ele não garante o número de votos necessários para a aprovação da medida provisória. "Podermos ficar sem outra saída."

PREOCUPAÇÃO

A eventual obstrução das

sessões pelo PT preocupa o deputado César Maia (PDT-RJ). Segundo ele, a consequência mais grave seria a impossibilidade de o governo aplicar ainda neste ano as novas alíquotas do Imposto Territorial Rural (ITR). A medida provisória que altera a cobrança do imposto vence no dia 17. Maia calcula que o governo poderá arrecadar US\$ 200 milhões com o novo ITR, que encontra oposição entre as bancadas governistas. "Se o governo trancar as portas do Ministério da Economia e do Banco Central por três meses, a inflação vai cair", ironizou Maia, rompendo o tratamento amistoso que vinha dedicando à equipe econômica desde a posse do presidente Fernando Collor.

PFL

Líderes do PFL consideram "mais conveniente" evitar a votação da nova

medida provisória da política salarial editada por Collor. Eles consideram que a oposição poderia conseguir aprovar novo projeto de conversão, contrariando a política econômica do governo e obrigando o presidente Collor a vetá-lo.

No PFL, líderes e vice-líderes estão procurando convencer a bancada a tentar impedir que seja votada a MP dos salários "para evitar o agravamento de confronto entre Legislativo e Executivo".

Com base em opiniões que diz ter ouvido nos últimos dias de muitos deputados do PFL, o líder Fiúza conversou ontem no início da noite com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para avaliar a posição do partido no exame das cinco medidas provisórias que provocaram a convocação extraordinária do Congresso. Hoje, o líder do PFL pretende se encontrar com o presidente Collor para examinar o assunto.